

Energia Hoje – 27/10/2014

Megausinas na berlinda

<http://brasilenergia.editorabrasilenergia.com/news/gtd/hidrica/2014/10/megausinas-na-berlinda-449826.html>

As hidrelétricas estruturantes enfrentam barreiras que colocam em risco a expansão da geração. Não está na hora de apostar em projetos menores?

Por Júlio Santos

Quando o governo divulgou com estardalhaço há quase uma década a era dos projetos hidrelétricos estruturantes, trouxe junto a promessa de energia limpa e barata para garantir o crescimento da demanda. Desde então, megaprojetos como Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, e Belo Monte, no Xingu, enfrentaram mais obstáculos do que se imaginava e não avançaram como previsto. As obras evoluíram em meio a questionamentos ambientais e sociais, guerras de liminares na Justiça, impasses com a agência reguladora, greves, paralisações e atrasos na entrega da energia, que causaram prejuízo aos geradores e tiveram impactos negativos no mercado de curto prazo.

Esses acontecimentos põem em xeque a opção do planejamento nos últimos anos e levantam uma questão: quais os riscos de apostar na expansão hidrelétrica na matriz por meio, basicamente, só por meio de grandes projetos chamados de estruturantes? Se de um lado trazem ganhos de escala que ajudam a reduzir o custo das tarifas, do outro, a complexidade desses empreendimentos traz riscos de engenharia, de construção, de logística e financeiros durante as obras, sobretudo quando a fronteira norte, uma região muito sensível do ponto de vista ambiental, é a principal rota de expansão.

Claro que, em nome da segurança energética, o país não deve abrir mão de grandes hidrelétricas. O que se questiona é se o planejamento federal não deveria se voltar também para os pequenos e médios projetos hídricos, que têm imenso potencial de 260 GW a ser explorado. Não que estejam livres dos entraves enfrentados pelos grandes, mas ao menos o risco é diversificado.

“O governo deveria fazer um esforço maior para levar projetos de médio porte para os leilões”, aponta **Cláudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, que prepara um levantamento do potencial de projetos de médio porte considerados viáveis de saírem do papel. A pressão ambiental, que acontece até mesmo com pequenos empreendimentos, faz com que o governo concentre a atenção nos projetos com grandes blocos de energia. E aí vem uma coleção de problemas.

Cenário de incerteza

Nos planos decenais, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) sempre costuma fazer a indicação de projetos menores. Só que, nos últimos anos, quase nada tem chegado aos leilões. Das 18 usinas previstas para serem viabilizadas a partir de 2019, 16 têm capacidade instalada entre 63 MW, UHE Paranhos (PR), e 796 MW, UHE Prainha (AM). Este conjunto totaliza 4.301 MW.

Sozinhas, São Luiz do Tapajós e Jatobá, no rio Tapajós (AM), somam 10.378 MW, o que deixa bem clara a estratégia de basear a expansão para atender a demanda em grandes projetos. Ou seja, o planejamento mantém a prioridade de instalar grandes usinas em locais com impactos ambientais sensíveis.

“Há incertezas se todo este portfólio vai ser realizado e concluído no prazo previsto”, observa Renato Queiroz, professor do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Se este imenso bloco de energia não entrar no prazo, criará sérias dificuldades para o mercado.

Exemplo é o caso da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós (8.040 MW). Planejada para operar em 2020, certamente, enfrentará pressões socioambientais mais acentuadas que Santo Antônio e Jirau, que influenciaram os prazos de licenciamento ambiental destes projetos.

A complexidade do projeto fica clara com o recuo do governo em realizar o leilão da usina em dezembro pela necessidade de fazer adequações nos Estudos do Componente Indígena. Sem contar que colocar um empreendimento deste porte de pé, com investimentos estimados em R\$ 30,6 bilhões, carrega complexidade em todas as áreas: da estruturação financeira e societária até a execução do cronograma das obras, passando pelas dificuldades de engenharia e logística.

“A percepção de risco de investimento em hidrelétrica está aumentando. Isso vai fazer com que o país tenha mais dificuldade de aproveitar estes grandes potenciais”, comenta Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ. E justo num momento em que o setor elétrico vive um quadro de instabilidade financeira, inclusive com a perda da capacidade de investimento das empresas do Sistema Eletrobras, elemento crucial da estratégia do governo de participar dos megaprojetos.

A definição do preço teto do leilão, a qualidade dos estudos socioambientais que subestimam os custos das compensações e o estabelecimento dos prazos de conclusão das obras ajudam a alimentar este quadro de incertezas em torno dos grandes projetos de geração. A avaliação é de Mário Menel, presidente da Associação Brasileira dos Autoprodutores de Energia (Abiape). A consequência vem na forma de prejuízos milionários para os investidores.

“O pior é que a situação não atinge somente os empreendedores, mas o setor como um todo. Há, portanto, de se definir melhor as condições de leilões para os grandes projetos hidrelétricos”, aponta o executivo.

Para Menel, a estratégia do planejamento de basear a expansão do sistema na fonte hídrica, significa lançar mão dos grandes projetos. Mesmo que a expansão relativa das hidrelétricas esteja em queda, como mostra o PDE, passando de 67%, em 2014, para 60%, em 2023. “Assim, corre-se os riscos que estão implícitos na decisão de alocá-los na matriz de expansão”, acrescenta.

Concentração de riscos

Apostar na expansão hídrica apenas com grandes projetos carrega uma carga elevada de riscos. Seja por questões ambientais, na construção ou prazo de entrada das máquinas, os atrasos geram efeitos perversos nos custos finais dos empreendimentos.

Ou financeiros, como mostra o caso da Santo Antônio Energia, que recebeu dos sócios do empreendimento um aporte extraordinário de R\$ 1,6 bilhão para honrar débitos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pagar o Consórcio Construtor Santo Antônio, responsável pela construção da hidrelétrica (3.750 MW), que já conta em operação 32 das 50 turbinas que terá até novembro de 2016. Hoje, 64% da hidrelétrica está motorizada.

No caso de Jirau (3.750 MW), o valor do investimento saltou de R\$ 9 bilhões, em 2008 quando foi licitado, para os cerca de R\$ 13 bilhões de hoje. Só na obtenção da licença de instalação levou-se quase um ano, sem contar o atraso provocado por greve, por incêndios considerados criminosos, em 2011 e 2012, e a enchente do Rio Madeira, em 2014.

Por conta dos incêndios, o projeto sofreu um atraso de mais de 500 dias. Em outubro, o consórcio conseguiu ficar em dia, garantindo a cobertura de 100% dos contratos com o ambiente regulado pela venda da energia no leilão de 2008.

“É preciso mudar o modelo de leilão de usinas estruturantes para que se possa fazer um melhor planejamento das obras”, sugere Victor Paranhos, presidente da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), consórcio responsável pela construção de Jirau, que já tem 96% das obras finalizadas. Com 14 turbinas em operação, a previsão é fechar o ano com 22 a 25 unidades sincronizadas ao sistema. A hidrelétrica, prevista para ser concluída em outubro de 2016, terá um total de 50 unidades geradoras.

Geração sazonalizada

Se na fase de construção vários fatores tornam o megaprojeto sensível, na operação os riscos também existem. Primeiro por sazonalizar demais a geração de energia. Veja o caso das duas hidrelétricas do rio Madeira. Juntas, no período chuvoso, produzem cerca de 7 mil MW. No período seco, apenas 1 mil MW.

“A concentração da sazonalidade desta geração passa a ser um transtorno para o operador”, observa Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética, para quem o planejamento deveria pulverizar mais a geração com projetos de médio porte, entre 300 MW e 1 mil MW, o que evitaria a concentração de risco para o setor.

Impacto para a indústria

Além de minimizar os riscos relativos a investimentos, à construção, à logística e à questão ambiental, o maior esforço para incluir nos leilões projetos de médio porte carrega uma outra preocupação: preservar todo o know how acumulado ao longo de décadas na construção de hidrelétricas pela engenharia do país. Se estes projetos forem ofertados de maneira contínua, ajudariam a aquecer a cadeia produtiva do segmento.

“É importante ter uma matriz com projetos menores, de 200 MW a 400 MW”, avalia Newton Duarte, diretor do departamento de Energia da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), prevendo para 2015, uma queda da ordem de 30% no faturamento da indústria.

A concentração em grandes projetos hidrelétricos traz um outro problema para a indústria, quando eles atrasam seus cronogramas: a perda com os custos de logística devido ao retardamento das entregas, pois equipamento parado nos galpões dos fabricantes não trazem lucratividade nenhuma.